



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria dos Recursos Hídricos

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 73ª/2015 DO CONSELHO DE RECURSOS  
HÍDRICOS DO CEARÁ - CONERH**

01 Aos oito dias do mês de dezembro de 2015 (dois mil e quinze), no auditório da  
02 SEINFRA, foi realizada a Reunião Ordinária Nº 73ª/2015 do CONERH, na qual  
03 **estiveram presentes as seguintes Instituições do CONERH:** SRH, SEINFRA,  
04 SECITECE, SEPLAG, CIDADES, SEAPA, SEDUC, SDA, SEMA, SDE, CBH, ABES,  
05 ABRH, IFCE, UNIFOR, FAEC e FIEC. Ao todo estavam presentes 17 (dezessete)  
06 Instituições do Conselho, representando 85% do CONERH e 18 Conselheiros entre  
07 titulares e suplentes. **Como Secretaria-Executiva do CONERH** - Carlos Magno Feijó  
08 Campelo (titular) e Márcia Soares Caldas (suplente). **Como Assessoria Jurídica da**  
09 **SRH** – Ricardo Veras Paz e Ana Cláudia Ferreira Dutra. Como **convidados** estavam  
10 presentes 15 participantes. Ao todo estavam presente 37 (trinta e sete) pessoas, entre  
11 Conselheiros, Secretaria-executiva e Convidados. Sendo registrada a **ausência** dos  
12 Conselheiros da **APRECE, DNOCS e CAGECE**, conforme lista de presença em anexo.  
13 Iniciando os trabalhos, verificado e confirmado o *quorum*, o Presidente do  
14 CONERH/Secretário de Recursos Hídricos, Dr. Francisco Teixeira, fez a abertura formal  
15 da reunião e agradeceu a presença de todos. Em seguida passou a palavra para o Sr.  
16 Carlos Magno Feijó Campelo/Secretário-executivo do CONERH que apresentou a  
17 **pauta da reunião: 1) Aprovação da ata da 72ª. Reunião Ordinária do CONERH; 2)**  
18 **Abordagem dos encaminhamentos; 3) Discussão da Minuta da Resolução que visa o reajuste**  
19 **da tabela de emolumentos para análise e expedição da outorga de direito de uso dos recursos**  
20 **hídricos e de execução de obras e serviços de interferência hídrica (SRH). 4) Discussão da**

21 minuta de Resolução na Sub-bacia do Rio Salgado que tem por objeto a “proibição de  
22 expedição de outorga dos recursos hídricos para a finalidade de irrigação dos usuários e  
23 empreendimentos que empregam a técnica inundação por superfície e sulco”; **5) Criação**  
24 do Grupo de Trabalho que tem por escopo a “Revisão e atualização do Regimento Interno do  
25 CONERH” visando integrar as ações do Comitê de Segurança Hídrica; **6) Revisão da Resolução**  
26 CONERH nº 03/2015, na qual dispõe que ficam “suspensas as emissões de outorgas de Direito  
27 de Uso, para novas captações de água de domínio do Estado, ou da União Federal, por  
28 delegação, no Sistema Integrado Jaguaribe – Região Metropolitana de Fortaleza, compreendendo  
29 os trechos perenizados dos rios Jaguaribe e Banabuiú e nos canais do Trabalhador e Eixão das  
30 Águas, abastecidos pelos reservatórios do Açude Castanhão, Banabuiú e Orós, nas finalidades de  
31 irrigação e aquicultura”(SRH). Seguiu-se então para a discussão do **primeiro ponto de**  
32 **pauta**: Carlos Campelo submeteu a Ata da Reunião Ordinária 72<sup>a</sup>./2015 para aprovação  
33 dos Conselheiros. Sem nenhuma ressalva, a ata da reunião anterior foi APROVADA por  
34 unanimidade. Passou-se então ao **segundo ponto de pauta**: Abordagem dos  
35 encaminhamentos. Neste ponto, Sr. Carlos Campelo lembrou aos conselheiros que o  
36 encaminhamento feito na reunião anterior foi a criação do Grupo de Trabalho para  
37 revisão do Regimento Interno do Conerh e este será um ponto de pauta nesta reunião.  
38 Quanto ao **terceiro ponto de pauta**: o Presidente do Conerh, Teixeira, ressaltou que  
39 pelo poder discricionário do Secretário, ele poderia deliberar sobre a taxa de  
40 emolumentos, no entanto, Teixeira considerou que seria uma decisão mais fortalecida e  
41 democrática se o Conselho deliberasse sobre o assunto. Sendo assim, o Secretário-  
42 executivo do Conerh, Carlos Campelo, apresentou uma minuta de Resolução que visa o  
43 reajuste da tabela de emolumentos para análise e expedição de outorga de direito de uso  
44 dos recursos hídricos e de execução de obras e serviços de interferência hídrica. A  
45 proposta foi apresentada mostrando uma tabela com valores em UFIRs e em Reais.  
46 Campelo mostrou ainda um documento contextualizando a cobrança e os porquês da  
47 necessidade de reajuste. No entanto, os Conselheiros questionaram os valores  
48 apresentados porque não há diferença entre grandes e pequenos produtores ou grandes e  
49 pequenas indústrias. Por exemplo, um irrigante que irriga 10 hectares pagaria a mesma  
50 taxa de um irrigante que irriga 100 hectares. Calila explicou que a definição da taxa é  
51 pela complexidade do trabalho do técnico que faz a análise da outorga, isto é, o técnico  
52 tem o mesmo trabalho, seja para analisar uma outorga de 10 hectares ou de 100 hectares.  
53 Os Conselheiros levantaram outras indagações: essa tabela de emolumentos não poderia  
54 levar em conta a capacidade de pagamento? O consumo de água? (Ainda que nesse caso  
a irrigação sairia perdendo). O Presidente do Conerh, Dr. Teixeira, lembrou que é a

55 tarifa de água bruta que avalia o consumo e seu valor é baseado nisso, no entanto, no  
56 caso da taxa de emolumentos, o valor é pelo trabalho empregado na análise da outorga.  
57 Teixeira considera ainda que, no Ceará, por ser um Estado semiárido, o valor da tarifa  
58 ainda é muito barato. Teixeira sugeriu então que a SRH apresentasse em outra reunião  
59 do Conerh um estudo mais detalhado com o trabalho que cada outorga dá, pois a  
60 complexidade da análise de uma outorga de barragem é diferente de uma outorga de  
61 irrigação. Os Conselheiros acataram a proposta. O Conselheiro João Teixeira da FAEC  
62 sugeriu ainda que se verificasse o balanço hídrico, estudos por bacia, pontos principais,  
63 calcular os custos da bacia como um todo e apresentar na próxima reunião. Quanto ao  
64 **quarto ponto de pauta:** sobre a minuta de Resolução que tem como objeto a proibição  
65 de outorgas para irrigação com a técnica inundação por superfície e sulco na Sub-bacia  
66 do Salgado, a proposta foi apresentada pelo Presidente do CBH Salgado, Sr. Marcos  
67 Maciel Torres e pelo Analista em Gestão de Recursos Hídricos da Cogerh, Thiago Alves  
68 da Silva. O técnico da Cogerh explicou que as fontes subterrâneas do Cariri estão a cada  
69 ano diminuindo o seu potencial volumétrico e que isso tem preocupado os usuários da  
70 região. A Cogerh, por sua vez, já faz na bacia hidrográfica um serviço de educação dos  
71 usuários, orientando os mesmos a utilizar técnicas mais eficientes de irrigação. Teixeira  
72 alertou que antes de aprovar a minuta é preciso que todos os conselheiros analisem o  
73 impacto desta medida na bacia, no entanto, o Ceará precisa obviamente avançar para  
74 adotar medidas de irrigação que gastem menos água e, para isso, é preciso auxiliar os  
75 pequenos produtores a conhecer e adotar as técnicas mais eficientes. O Conselheiro  
76 Osvaldo Segundo, da SEAPA, solicitou pedido de vistas na minuta de Resolução. O  
77 Conselheiro Inácio Arruda da SECITECE propôs que fosse criado um Grupo de  
78 Trabalho para fazer uma peça publicitária para o uso da água em irrigação com técnicas  
79 mais eficientes. O Conselheiro Praxedes da ABES também citou a importância de se  
80 estudar o reúso de água que está indo para o mar e poderia ser reaproveitado para  
81 irrigação. A Conselheira Viviane da SEMA propôs que fosse apresentado na próxima  
82 reunião do CONERH o Plano Estadual de Irrigação que está sendo liderado pela SEAPA  
83 com recursos do Banco Mundial. Teixeira então enfatizou que esta proposta pode ser um  
84 encaminhamento e convidar o Secretário Euvaldo da SEAPA ou nosso Secretário  
85 Adjunto, Dr. Ramon da SRH para apresentar o Plano Estadual de irrigação. Antes de  
86 encerrar este ponto de pauta, o Secretário Teixeira tranquilizou o Presidente do CBH  
87 Salgado disse que mesmo que a proposta de resolução de suspensão de emissão de  
88 outorgas para irrigação por inundação não ter sido aprovada nesta reunião, a SRH e

89 COGERH estão imbuídas e atentas no sentido de garantir o abastecimento humano na  
90 bacia hidrográfica do Salgado. No **quinto ponto de pauta**: foi tratado sobre a criação do  
91 Grupo de Trabalho que tem como objetivo revisar e atualizar o Regimento Interno do CONERH,  
92 para que as ações do Comitê de Segurança Hídrica sejam integradas com as ações do CONERH.  
93 O Grupo foi criado com a seguinte composição: Conselheiras Viviane Monte da SEMA, Zita  
94 Araújo do DNOCS, Inês Teixeira do IFCE, convidado Sr. Antônio Martins do Conselho de  
95 Altos Estudos da Assembleia Legislativa e Secretaria-executiva do Conerh, Carlos Campelo. No  
96 **sexto ponto de pauta**: foi apresentada uma minuta de Resolução que visa a revisão da  
97 Resolução CONERH nº 03/2015, na qual dispõe que ficam “suspensas as emissões de outorgas  
98 de Direito de Uso, para novas captações de água de domínio do Estado, ou da União Federal, por  
99 delegação, no Sistema Integrado Jaguaribe – Região Metropolitana de Fortaleza, compreendendo  
100 Águas, abastecidos pelos reservatórios do Açude Castanhão, Banabuiú e Orós, nas finalidades de  
101 irrigação e aquicultura”. O objetivo é mudar o §2º, do Art, 1º que suspendia emissões de  
102 outorgas superficiais e subterrâneas localizadas nas áreas discriminadas no caput do Art. 1º. A  
103 proposta é deixar suspensas apenas as emissões de outorgas superficiais. Sendo assim, a  
104 proposta é retirar o termo “subterrâneas”. A proposta foi aprovada pelos Conselheiros. Logo em  
105 seguida, foi facultada a palavra e a Conselheira Marcella Soares da Secretaria das  
106 CIDADES pediu para o CONERH ouvir os representantes da comunidade Orós  
107 Feiticeiro que estão aqui presentes e tem uma solicitação para expor aos Conselheiros.  
108 Sra. Aline, da comunidade de Orós Feiticeiro explanou então sobre um abaixo-assinado  
109 em que a comunidade pede a destituição da Comissão Gestora atual que está com seu  
110 prazo de mandato vencido e pela nulidade da sua decisão sobre operação do açude  
111 público Joaquim Távora. No que diz respeito a Comissão Gestora de Orós Feiticeiro, a  
112 mesma foi empossada em 16 de agosto de 2012 e deveria ter sido renovada até dia 16 de  
113 agosto de 2014, conforme diz a Resolução do Conerh nº 02/2007. No entanto, na  
114 Resolução nº 03/2012, altera o tempo de mandato de Comissões Gestoras de dois para  
115 quatro anos. Vale ressaltar que nesta Resolução nº 03/2012, a alteração do mandato para  
116 quatro anos só é válida quando no período de renovação ou na criação de novas  
117 Comissões Gestoras. Para a comunidade de Orós Feiticeiro, as Comissões Gestoras  
118 criadas antes da vigência da norma modificadora só estariam autorizadas a aplicar a  
119 alteração no tempo de sua renovação. Teixeira solicitou que o Presidente da Cogerh se  
120 manifestasse sobre o assunto. João Lúcio explicou que uma reunião com a comunidade  
121 Orós Feiticeiro, Cogerh e o Secretário Adjunto da SRH, Dr. Ramon foi feita em  
122 novembro 2015 e na reunião foi feito um cronograma de renovação da Comissão

123 Gestora e encaminhamentos para as outras denúncias colocadas pelo grupo. João Lúcio  
 124 enfatizou que a Cogerh seguirá o que tiver descrito na lei. Sra. Aline da Comunidade de  
 125 Orós Feiticeiro fez uso da palavra esclarecendo a demanda deles: destituição da  
 126 Comissão Gestora atual, renovar a Comissão Gestora, anular a decisão tomada pela  
 127 Comissão com mandato vencido no que diz respeito a deliberação de utilização de  
 128 motores para irrigação a montante. Teixeira solicitou que Ricardo Veras, Assessor  
 129 jurídico da SRH, Márcia Caldas, Orientadora da Célula de Articulação de Usuários e o  
 130 Secretário adjunto da SRH, Ramon Rodrigues se reunissem e preparassem uma resposta  
 131 a demanda da comunidade. Logo em seguida, foi listado os **encaminhamentos da reunião: a)**  
 132 convidar a Funceme para uma apresentação sobre os prognósticos de chuvas para 2016; **b)** trazer  
 133 uma apresentação sobre o andamento da obra da Transposição do Rio São Francisco; **c)** trazer  
 134 estudo da ADECE e CENTEC sobre os critérios de corte de água da cultura irrigada; **d)** trazer  
 135 uma apresentação do Plano Estadual de Irrigação; **e)** oficializar ao Conselho de Altos  
 136 Estudos o pedido de participação do Sr. Antônio Martins no Grupo de Trabalho de  
 137 Revisão do Regimento Interno do CONERH; **f)** elaborar parecer jurídico sobre a  
 138 solicitação da comunidade Orós Feiticeiro e enviar à comunidade. Não tendo mais  
 139 nenhuma manifestação, o Secretário Teixeira agradeceu a presença de todos e encerrou a  
 140 reunião. Eu, Carlos Magno Feijó Campelo, lavrei a presente ata, que após lida e  
 aprovada, será assinada pelo Presidente, Conselheiros presentes e por mim.

<b>RECURSOS HÍDRICOS - SRH</b>		
<b>TITULAR</b>	FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA	
<b>SUPLENTE</b>	RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES	

<b>SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA</b>		
<b>TITULAR</b>	PAULO HENRIQUE HOLANDA PASCOAL	
<b>SUPLENTE</b>	JOAQUIM FIRMINO FILHO	

<b>SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE</b>		
<b>TITULAR</b>	INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA	
<b>SUPLENTE</b>	ANTÔNIO GILVAN SILVA PAIVA	

<b>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG</b>		
<b>TITULAR</b>	NELSON MATOS BRITO	
<b>SUPLENTE</b>	FRANCISCO PARENTE GOMES	

<b>SECRETARIA DAS CIDADES - CIDADES</b>		
<b>TITULAR</b>	ALCEU DE CASTRO GALVÃO JÚNIOR	
<b>SUPLENTE</b>	MARCELLA FACÓ SOARES	

<b>SECRETARIA DA AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA - SEAPA</b>		
<b>TITULAR</b>	FRANCISCO OSMAR DIÓGENES BAQUIT	
<b>SUPLENTE</b>	OSVALDO SEGUNDO DA COSTA FILHO	

<b>SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC</b>		
<b>TITULAR</b>	SOLANGE MARIA RABELO	
<b>SUPLENTE</b>	LINDALVA COSTA DA CRUZ	

<b>SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA</b>		
<b>TITULAR</b>	FRANCISCO ABELARDO CAVALCANTE CAMURÇA	
<b>SUPLENTE</b>	RAIMUNDO NONATO TELES DE MENEZES	

<b>SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA</b>		
<b>TITULAR</b>	MARIA DIAS CAVALCANTE	
<b>SUPLENTE</b>	VIVIANE GOMES MONTE	

<b>SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE</b>		
<b>TITULAR</b>	ANTÔNIO CLÁUDIO FERREIRA LIMA	
<b>SUPLENTE</b>	EDUARDO HENRIQUE CUNHA NEVES	

<b>ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE</b>		
<b>TITULAR</b>	MARCONDES HERBSTER FERRAZ	
<b>SUPLENTE</b>	NICOLAS ARNAUD FABRE	

<b>COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - CBH</b>		
<b>TITULAR</b>	ALCIDES DA SILVA DUARTE	
<b>SUPLENTE</b>	GENEZIANO DE SOUZA MARTINS	

<b>DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS</b>		
<b>TITULAR</b>	FRANCISCO ROGÉRIO GOMES LEITE	
<b>SUPLENTE</b>	MARIA ZITA TIMBÓ ARAÚJO	

<b>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - ABES</b>		
<b>TITULAR</b>	ANTÔNIO PRAXEDES BERTO	
<b>SUPLENTE</b>	MARIA AMÉLIA SOUZA MENEZES	

<b>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS - ABRH</b>		
<b>TITULAR</b>	RENATA MENDES LUNA	
<b>SUPLENTE</b>	ROGÉRIO CAMPOS	

<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE</b>		
<b>TITULAR</b>	VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIPE	
<b>SUPLENTE</b>	MARIA INÊS TEIXEIRA PINHEIRO	

<b>UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR</b>		
<b>TITULAR</b>	NISE SANFORD FRAGA	
<b>SUPLENTE</b>	OYRTON AZEVEDO DE CASTRO MONTEIRO JR.	

<b>COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE</b>		
<b>TITULAR</b>	CAILINY DARLEY DE MENEZES MEDEIROS CUNHA	
<b>SUPLENTE</b>	DOMINGOS SÁVIO CARDOSO BRAGA	

<b>FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - FAEC</b>		
<b>TITULAR</b>	JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR	
<b>SUPLENTE</b>	CARLOS BEZERRA FILHO	

<b>FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ - FIEC</b>		
<b>TITULAR</b>	ANTÔNIO RENATO LIMA DE ARAGÃO	
<b>SUPLENTE</b>	ELAINE CRISTINA DE MORAES PEREIRA	

<b>SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONERH</b>		
<b>TITULAR</b>	CARLOS MAGNO FEIJÓ CAMPELO	
<b>SUPLENTE</b>	MÁRCIA SOARES CALDAS	

<b>ASSESSORIA JURÍDICA DO CONERH</b>		
<b>TITULAR</b>	RICARDO VERAS PAZ	
<b>SUPLENTE</b>	GERMANA DE MATTOS B. GÓES GIGLIO	

	ANA CLÁUDIA FERREIRA DUTRA	
--	----------------------------	--